Militares querem cessão de tecnologia dos EUA

Da sucursal do RIO

A cooperação militar Brasil-Estados Unidos pode ser desenvolvida, e até mesmo estimulada, mas com a condição de que corresponda aos interesses nacionais, em termos de cessão de tecnologia. Esta é a posição das três Forças Armadas diante dos entendimentos que estão sendo feitos em Washington por uma comissão de oficiais, com vistas ao restabelecimento da cooperação, em proporção mais elevada.

O que os militares não admitem é que se retorne à cooperação que havia no tempo do antigo acordo militar, que foi rompido em fevereiro de 1977, pelo governo Geisel. Há um consenso nas Forças Armadas de que o motivo alegado para a suspensão do acordo foi apenas um pretexto, porque, na realidade, ele já não correspondia às necessidades militares brasileiras.

O governo brasileiro decidiu romper o acordo, que havia sido assinado em 1952, porque o presidente Carter condicionou a ajuda militar ao exame da situação dos direitos humanos nos países beneficiados por ela.

As bases do acordo militar rompido em 1977 haviam sido definidas em entendimentos realizados por militares brasileiros e americanos que tiveram um relacionamento mais próximo durante a Segunda Guerra Mundial, quando tropas brasileiras estiveram sob o comando de oficiais americanos. Ao lembrarem aquele período, e os próprios fundamentos do antigo acordo, os militares que o analisaram afirmaram que hoje já não se concebe um instrumento paternalista. Para eles, o que o Brasil quer dos americanos, como cooperação militar, não é um tratamento de "pai para filho, mas sim de irmão para irmão".

O acordo rompido em 1977 não previa uma transferência de tecnologia, que hoje se torna imprescindível, principalmente por já contar o País com uma indústria bélica que tem uma participação cada vez mais significativa no mercado internacional de armamentos.

Um dos problemas citados por militares para que haja uma visão mais clara do que significou o acordo de 1952 é o fato de ele ter, de certo modo, desestimulado o crescimento da indústria militar brasileira. Na realidade, ela só começou a desenvolver-se em bases mais modernas a partir da administração do ministro Orlando Geisel, no governo Médici, e tendo como princípio o apoio à indústria privada, o que beneficiou a Engesa e outras empresas.

O plano do ministro Orlando Geisel foi estruturado na antiga Diretoria de Pesquisa e Ensino Técnico (DEPT), extinta com a criação do Centro Tecnológico do Exército. Contou com a participação do Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento e do Instituto Militar de Engenharia, que desenvolveram projetos de novos armamentos, bem como a adaptação de outros.

Surgiu, então, ainda no início da década de 70, a política de nacionalização do material militar, que viria beneficiar a indústria naval e a indústria aeronáutica, esta com uma nova empresa, a Embraer, criada em 1969, e dirigida por um engenheiro do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), Osires Silva.

No início, a Embraer enfrentou um descrédito no próprio mercado nacional, onde ainda não se acreditava que o País pudesse produzir aviões. As encomendas da Força Aérea Brasileira, notadamente dos aviões **Bandeirante**, viabilizaram a empresa, que no final da década de 70 começaria a exportar para os Estados Unidos.

A política de nacionalização do material contribuiu, ainda, para que a Marinha não mais dependesse da cessão de navios americanos, muitas vezes embarcações de guerra que necessitavam de reparos. Houve, ainda, problemas para que esse trabalho fosse feito, como na época da guerra do Vietnã, quando a prioridade de reparos era para os navios americanos.

A conjuntura atual é totalmente diferente daquela em que o antigo acordo militar foi assinado, em que o País dependia em ampla escala do material estrangeiro, com todos os comprometimentos que esta dependência envolvia, tanto em níveis econômicos e políticos quanto sob o aspecto estratégico.

O Brasil já constrói fragatas, vai fazer suas próprias corvetas (de acordo com projeto nacional) e partirá para a construção de um submarino, com tecnologia alemã. Já faz modernos carros de combate, mísseis, bombas e foguetes. A capacidade para a fabricação de aviões também já está assegurada e tende a aumentar, principalmente com o projeto **AMX**, que permitirá que o País faça, com a cooperação de duas empresas italianas, seu novo avião de combate, de ataque ao solo, com tecnologia sofisticada.

Na área espacial, em que também os Estados Unidos oferecem cooperação, o Brasil desenvolve o programa Missão Espacial Completa, que prevê o lançamento, até o início da próxima década, de um satélite de tecnologia nacional, última etapa de um projeto que está no momento em uma de suas fases principais, com a produção do foguete **Sonda-IV**.

Para as Forças Armadas, a própria evolução da indústria nacional já demonstra que o paternalismo não pode ser a tônica da cooperação com os Estados Unidos, até mesmo porque a indústria nacional já tem condições de concorrer com a americana, no mercado internacional.

A opção é feita, portanto, para uma cooperação que contribua para que tenha seguimento a política de nacionalização do material, que os militares citam como ainda mais válida depois da experiência que a Argentina teve no conflito das Falklands, quando a dependência do material importado limitou a sua capacidade de combate, reafirmando-se, então, a necessidade de os países não terem uma dependência comprometedora do material bélico estrangeiro.

A política de nacionalização de material adotada pelas Forças Armadas é dirigida para a empresa privada, que tem um papel relevante, tanto no que se refere ao fornecimento quanto à mobilização, sem limitar, naturalmente, o reequipamento apenas à indústria nacional. Nenhum país, nem mesmo os Estados Unidos, compra armamentos, navios ou aviões apenas da sua indústria, aumentando, basicamente, a sua capacidade estratégica de atendimento das suas Forças, com uma indústria também voltada para as exportações.